

Crise pode mudar Orçamento. Comissão quer ouvir ministro

Ao falar na Comissão Mista de Orçamento, Paulo Bernardo admite que governo “não tem clareza” quanto à profundidade da crise mundial. Convocação de Guido Mantega e Henrique Meirelles é aprovada pela CAE

Mesmo admitindo a hipótese de mudar o Orçamento da União para 2009, “se a crise exigir”, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pediu ontem ao Congresso que continue examinando a proposta. As turbulências que produziram mais um dia de quedas nas bolsas e de valorização do dólar foram debatidas também na Comissão de Assuntos Econômicos, que resolveu convidar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para expor as estratégias do governo. **4 e 5**



Jonas Pereira

Paulo Bernardo (ao lado de Delcídio) conversa com o presidente da Comissão de Orçamento, Mendes Ribeiro, e apela em favor da continuidade do exame da proposta

TCU entrega relatório sobre obras inacabadas

Tribunal auditou 153 obras públicas, e identificou irregularidades graves em 48 delas. **6**

Comissão do CPP reúne propostas em um documento

Juristas analisam como ficaria o código atual alterado por projetos de autoria do Executivo. **2**

Jane Araújo



Entre José Alencar e Arlindo Chinaglia, Garibaldi abre exposição que reúne vasto material sobre a Constituinte

Senadores apontam virtudes da Carta de 88

As qualidades da Constituição de 1988 superam seus defeitos, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao abrir exposição comemorativa dos 20 anos da Carta. No Plenário, Eduardo Suplicy disse que o texto constitucional ajudou a corrigir injustiças seculares e a tornar efetivos os direitos humanos. **3**

Estágio para policial que estuda Direito

Lei que proíbe estágio de estudantes que ocupam função policial pode ser modificada:

a Comissão de Educação aprovou projeto que será votado pela Comissão de Justiça. **6**



Márcia Kallume

Cristovam Buarque preside reunião da Comissão de Educação

CAE aprova indicações de autoridades

As indicações de César Costa Alves de Mattos para o Cade e de Eliseu Martins para a CVM

foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e seguem para o Plenário. **6**

Mercadante na presidência da CAE, que acolheu empréstimos para estados



Leopoldo Silva

Comissão de juristas elaborou texto com projetos do Executivo para alterar o atual CPP e organizou em um quadro as proposições com esse fim em tramitação no Congresso



Hamilton Carvalho (D) coordena reunião de comissão de juristas, ao lado de Eugênio Pacelli, relator do colegiado

Documento reúne propostas do Código de Processo Penal

NA REUNIÃO DE ontem da comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP), o coordenador do colegiado, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalho, informou que a comissão de juristas elaborou um documento com os diversos projetos de alteração do CPP provenientes do Executivo. Esse texto servirá para dar aos membros do colegiado uma idéia de como seria o novo código caso as propostas fossem aprovadas.

Carvalho salientou ainda que a comissão também organizou um quadro com todos os projetos de lei que dizem respeito ao CPP, e que estão tramitando no Congresso Nacional. Esses dois instrumentos, ressaltou o ministro, vão facilit

tar e agilizar os trabalhos. Na opinião do coordenador, apesar de haver um "sentimento de urgência" a favor da formulação de um novo código, os temas que integram esse debate já "estão maduros", pois têm sido discutidos amplamente no meio acadêmico e pela imprensa.

O ministro disse estar preocupado com o prazo, que considera exíguo, para o colegiado encerrar os trabalhos – dezembro deste ano. A fim de dar celeridade às atividades da comissão e cumprir o objetivo de reformar o código dentro do prazo, Carvalho sugeriu a elaboração de um texto integral para ser colocado em discussão, em vez de realizar debates sobre itens específicos do CPP.

Após a abertura da reunião,

o coordenador solicitou que os trabalhos fossem realizados de forma fechada.

Investigação

O colegiado então retomou a discussão do modelo de investigação pré-processual, que se baseou em texto elaborado pelo delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar.

No encontro, também será tratada a questão das medidas cautelares e provas, a partir de texto do consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira.

Com relação ao tema provas, a análise foi realizada com base nas propostas de Sandro Avelar, Fabiano Silveira, do advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Antônio Magalhães Gomes Filho e do promotor de Justiça Tito de Souza Amaral.

Mercadante defende pleito de delegados em greve

A greve da Polícia Civil de São Paulo, que dura mais de 20 dias, foi considerada grave por Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo o senador, o salário inicial de um delegado pode ser considerado o pior do país.

– Nós votamos aqui o salário inicial para a polícia do Distrito Federal de mais de R\$ 12 mil. Como São Paulo, o estado mais rico do país, pode pagar um salário de R\$ 3.700 bruto? Pode ter certeza de que quem faz greve é policial honesto. Porque aquele

que tem outras formas de complementar a sua renda não está disposto a assumir os riscos de um movimento que é difícil.

Mercadante observou que a proposta do governo estadual, de um reajuste de 4,5%, não repõe sequer a inflação.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PS-DB-PA) destacou que o período eleitoral continua no segundo turno e afirmou que não é justo comparar o salário da polícia de São Paulo com a do Distrito Federal, cuja despesa é paga

pela União. Ele concordou com a necessidade da negociação e frisou que o governador José Serra está aberto ao diálogo, enquanto que o governo do presidente Lula não dialoga quando os servidores entram em greve.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que apelou ao secretário de Segurança Pública de São Paulo e ao governador em favor do diálogo. O senador informou que os delegados prometeram suspender a greve hoje.

Tuma pede a Serra que atenda reivindicações

Em comunicado divulgado por sua assessoria, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou-se favorável às reivindicações da Polícia Civil de São Paulo. Tuma faz um apelo ao governador do estado, José Serra, para que seja atendida a solicitação da corporação, de aumento salarial de 15%, ainda este ano, e de reajustes de 12% nos próximos dois anos. De acordo com o se-

nador, São Paulo é o estado que pratica os salários mais baixos para a categoria no país.

“O estado tem o dever de assegurar melhores condições de trabalho e de remuneração a uma categoria que não mede esforços para proteger o cidadão. Só se consegue ser um policial autêntico por vocação, e o sucesso no desempenho de suas funções depende da forma

como o policial entrega sua vida na missão em defesa da ordem e da justiça”, afirma o senador no comunicado.

Romeu Tuma disse lamentar a pretensão de alguns policiais de abandonar a carreira por estarem insatisfeitos com a política estadual de remuneração, que, frisou, tem deixado os salários da corporação paulista defasados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Audiência debate idade mínima para atuação artística

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência pública para debater projeto que disciplina a participação de menores de idade em atividades artísticas e esportivas, e fixa idade mínima para atuação nessas áreas (PLS 83/06). Entre os participantes, o jurista Oris de Oliveira.

Zoneamento agrícola em discussão na CRA

Audiência pública, às 10h, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Subcomissão dos Combustíveis para discutir o zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para biocombustíveis. Estão convidados os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Plenário examina criação de cargos na Anvisa

Às 14h, a sessão é deliberativa. O primeiro item da pauta é o projeto de lei (PLC 130/08) que trata da criação e da transformação de carreiras e cargos na Superintendência de Seguros Privados e na Anvisa. Podem também ser examinadas 12 propostas de emenda à Constituição, entre elas, a que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar a Defensoria Pública do DF (PEC 7/08).



Esporte na Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne, às 14h30, para votar, entre outras matérias, requerimento do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) que visa à realização de audiência pública para discutir, em audiência pública, os investimentos realizados pelo governo no Comitê Olímpico Brasileiro.

CCJ analisa redução da burocracia para abrir empresa

Reunião, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para examinar 27 propostas, entre elas a que estabeleça prazo de cinco dias para resposta da junta comercial ao pedido de registro de micro e pequena empresa. Também na pauta, a PEC que determina a doação de madeira de origem ilegal.

Pauta da CCT: prospecção do petróleo do pré-sal

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza, às 9h, audiência sobre a prospecção de petróleo nas camadas pré-sal. O ministro interino de Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias, e o gerente-executivo do Centro de Pesquisa da Petrobras, Carlos Tadeu Fraga, estão entre os convidados.

Movimento nacional pelo fim do trabalho escravo

Às 13h30, a Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), vai discutir uma mobilização nacional pela aprovação da PEC que trata do confisco de terras nas quais for constatado trabalho escravo (PEC 438/01).

Isenção de IPI para alimentos dietéticos

Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, para votar 11 propostas. O primeiro projeto da ordem do dia concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a alimentos dietéticos. Em análise, ainda, a isenção de exame médico-pericial para o aposentado por invalidez com mais de 60 anos.

Homenagem às crianças e aos professores

O Plenário aprovou a realização de sessão especial em 15 de outubro pela passagem do Dia da Criança e do Dia do Professor.

O autor do requerimento, Cristovam Buarque (PDT-DF), afirma que o Dia do Professor, 15 de outubro, deve ser celebrado para homenagear "os protagonistas da verdadeira abolição" que todos desejam para o país. Com a homenagem às crianças pelo seu dia, em 12 de outubro, ele disse querer manter acesa a discussão sobre os meios para a inclusão social delas.

Aprovado voto de pesar por Dircea Petrelli

O Senado acatou voto de pesar pela morte, em 28 de setembro, de Dircea Correa Petrelli, esposa de Mário José Gonzaga Petrelli, em Florianópolis.

Mário Petrelli é empresário do ramo de seguros e presidente da Rede Independente de Comunicação.

O voto de pesar a Dircea Petrelli, apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR), foi acompanhado pelos senadores presentes ao final da sessão plenária de ontem: Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Ao abrir exposição sobre os 20 anos da Constituição federal, senador diz que a forma detalhada do texto, apontada pelos críticos como uma de suas principais imperfeições, torna-se uma virtude, porque obriga ao seu contínuo aperfeiçoamento

Qualidades da Carta superam os defeitos, afirma Garibaldi

AO INAUGURAR ONTEM a exposição comemorativa dos 20 anos da promulgação da Constituição federal, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou que as qualidades da Carta superam seus defeitos. Na opinião do senador, a forma detalhada do texto – um de seus principais defeitos, de acordo com seus críticos – tornou-se uma qualidade porque obriga ao seu contínuo aperfeiçoamento.

Garibaldi disse que a Constituição de 1988 assegura aos brasileiros um compromisso com a democracia, acrescentando que ela foi elaborada no momento em que o Brasil saía de um regime de exceção, que durou duas

décadas.

– A Constituição de 1988 deve ser exaltada numa hora como esta. Sobretudo porque foi redigida num ambiente de mais absoluta liberdade, com debate franco e aberto, respeito à pluralidade, com a incomum participação dos cidadãos e, acima de tudo, com a vontade de se escrever na Carta Magna tudo que pudesse configurar uma nação comprometida com a defesa intransigente da liberdade, da justiça social e dos valores da democracia – declarou Garibaldi Alves.

A defesa da democracia e dos direitos dos cidadãos também foi lembrada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo

Chinaglia, durante o evento. A vontade do povo brasileiro, segundo o deputado, foi expressa na Carta, principalmente no que se refere ao fim da ditadura militar. Na opinião de Chinaglia, a Constituição também inovou ao inserir em seu texto capítulos dedicados ao meio ambiente e à saúde.

A exposição apresenta vídeos, imagens impressas e documentos diversos registrando o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte – que funcionou de fevereiro de 1987 até a promulgação da Carta, em 5 de outubro de 1988 –, e ficará aberta à visitação no Salão Negro do Congresso, das 9h30 às 17h, até o dia 2 de novembro.



Para Suplicy, texto contribuiu para a efetivação dos direitos humanos

Suplicy destaca que Constituição corrigiu injustiças seculares

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou em discurso o que chamou de "contribuição extraordinária" do texto constitucional à democratização da sociedade brasileira, à correção de injustiças seculares e à efetivação dos direitos humanos.

– A Carta de 1988 tem propiciado o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana do país, ultrapassando inclusive crises decorrentes de *impeachment* presidencial [de Fernando Collor, em 1992].

O senador defendeu a Constituição das acusações de ser excessiva no número de temas e na concessão de direitos. Segundo afirmou, por haver sido concebida após 21 anos de ditadura, ela refletiu o estado de espírito de um Congresso que ainda tinha na lembrança a sombra do autoritarismo.

Durante o discurso, Suplicy saudou delegados da Polícia Civil de São Paulo que assistiam à sessão. Eles decidiram interromper, por 48 horas, a greve que vinham fazendo por aumento de salários. O senador informou ter conversado com o secretário de Gestão do governo de São Paulo, Sidney Beraldo, o qual, com a decisão de suspensão do movimento, anunciou sua disposição em retomar o diálogo com a categoria.



Com a presença de José Alencar (D), Garibaldi Alves (E), ao lado de Arlindo Chinaglia, inaugura mostra no Salão Negro do Congresso

Marco Antônio ressalta avanço do PIB do Tocantins

Marco Antônio Costa (DEM-TO) destacou o progresso obtido em 20 anos pelos municípios do estado do Tocantins, criado pela Constituição de 1988.

O senador ressaltou o fato de que Goiás, que cedeu terras para a criação do novo ente federativo, também se beneficiou da mudança.

– Esse é o paradoxo de que dividindo se multiplica – afirmou.

Segundo Marco Antônio, enquanto o produto interno bruto (PIB) do país (total das riquezas produzidas) cresceu 232% entre 1995 a 2005, Goiás aumentou suas riquezas em 326% e o Tocantins, em 641%.



Para Marco Antônio, novo estado beneficiou Goiás, que cedeu parte de seu território

MESQUITA JÚNIOR RELATA VIAGEM DE DELEGAÇÃO DA CRE

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) relatou a visita da delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) à Guiana, Panamá, Jamaica, Repú-

blica Dominicana e Haiti, entre 31 de agosto e 9 de setembro deste ano, que considerou "muito proveitosa". O grupo foi composto pelos senadores Herá-

clito Fortes (DEM-PI), presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e Marco Antônio Costa (DEM-TO).

JEFFERSON PRAIA APRESENTA SUGESTÕES PARA A AMAZÔNIA

Jefferson Praia (PDT-AM) apresentou sugestões ao governo para um modelo de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia com respeito ao meio ambiente. O senador afirmou que o Executivo precisa agir de forma mais rápida e integrada para conter o desmatamento na região.

FLÁVIO ARNS DESTACA PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE

O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou ontem em Plenário a entrega do prêmio Brasil Sorridente, em solenidade que acontece hoje no Palácio do Planalto. O prêmio é concedido aos municípios brasileiros que se destacaram no atendimento à saúde bucal da população.

EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS: GOELLNER PEDE AGILIDADE

Gilberto Goellner (DEM-MT) cobrou do governo federal medidas complementares de apoio à safra agrícola 2008/2009 e agilidade na publicação das normas para

a renegociação das dívidas aprovadas pelo Congresso Nacional e na concessão de novos empréstimos. Ele informou que, embora para a safra 2008/2009 esteja

prevista a liberação de R\$ 101 bilhões, montante 12% superior ao do ano anterior, a liberação desses créditos para os agricultores tem sido muito lenta.

Papaléo quer homenagem à criação do Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) solicitou realização de sessão especial em homenagem à criação do estado do Amapá. "Passou praticamente em branco essa grande data para o país e, principalmente, para os ex-territórios", disse ele. Além do Amapá, o então território de Roraima também foi elevado à condição de estado pela Constituição de 88.

O senador também questionou declaração feita por Aloizio Mercadante (PT-SP), comparando os salários da polícia de São Paulo com os do Distrito Federal. Segundo Papaléo, não se pode fazer essa comparação porque quem paga os salários dos policiais do DF é a União.

Papaléo propõe em requerimento uma sessão especial do Senado



Comissão quer ouvir Mantega e Meirelles sobre turbulência

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deverão explicar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião a ser agendada, os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira. Também irão detalhar as providências que o governo vem adotando para enfrentar as turbulências que sacodem os mercados financeiro e de capitais de todo o planeta.

A decisão de ouvir as duas autoridades foi tomada ontem pela CAE com a aprovação, em bloco, de três requerimentos com o convite a Mantega e Meirelles. A iniciativa partiu dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside o colegiado, Pedro Simon (PMDB-RS) e João

Tenório (PSDB-AL).

Os parlamentares entendem que a crise que abala as mais fortes economias do mundo já chegou ao Brasil e, por isso, as autoridades monetárias devem explicar ao país as medidas adotadas para impedir que a turbulência faça grandes estragos nas finanças brasileiras.

Na avaliação de Pedro Simon, é necessário que, especialmente o ministro da Fazenda debata na Comissão de Assuntos Econômicos os mecanismos de salvaguardas e garantias de estabilidade do sistema financeiro nacional. Durante a reunião de ontem, o senador manifestou preocupação com a expansão da crise – que teve início nos Estados Unidos – para outros mercados, como União Europeia e Ásia.

Infra-estrutura pode sofrer revisão de verba, diz Casagrande



Senador adverte que países emergentes devem sofrer efeitos da recessão

Renato Casagrande (PSB-ES) advertiu da tribuna que a crise financeira mundial poderá ter reflexos diretos na discussão do projeto de Orçamento da União de 2009, obrigando o Congresso a rever a alocação de recursos para investimentos em infra-estrutura. Mas observou que é preciso garantir os cronogramas do Programa de Aceleração do Crescimento.

O senador disse acreditar que o presidente Lula está "com o pé fincado na realidade", e tem procurado adotar medidas im-

portantes para dar continuidade ao crédito no país e facilitar a exportação para aumentar a receita em dólares.

– Não há, hoje, um especialista capaz de apontar a luz no fim do túnel, anunciando que o pior já passou. Há sintomas claros de risco de recessão nos países desenvolvidos, com efeitos sobre os países emergentes.

Outro aspecto preocupante para o senador é o "expressivo componente de irracionalidade" no comportamento dos investidores e especuladores.

Cristovam cobra proposta para reduzir vulnerabilidade



Senado deve alertar sociedade brasileira para riscos e desafios futuros, sugere Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a elaboração de propostas visando diminuir a vulnerabilidade do Brasil diante das crises econômica e ambiental. O senador disse que, hoje, não existe país que esteja imune ao derretimento das calotas polares e do sistema financeiro internacional.

– Temos que ter uma política para o meio ambiente em escala global. Vamos enfrentar o problema da falta de recursos naturais no futuro, como água, minerais estratégicos, petróleo, terra cultivável – advertiu.

Cristovam assinalou que o Senado precisa dar início ao processo de alertar os brasileiros sobre os riscos e os desafios futuros. O senador observou que, por trás das crises financeira e ambiental, está um modelo econômico baseado no consumo, que precisa vender cada vez mais e, para isso, tem que haver crédito e para haver crédito é necessário fazer a chamada alavancagem.

– Há bancos que transformaram um dólar de depósito em 65 dólares, com a ciranda financeira – assinalou.

À Comissão de Orçamento, ministro do Planejamento diz acreditar que a valorização do dólar "deve refluir" nos próximos dias, mas admite o risco de aumento da inflação com a queda do real

Paulo Bernardo admite que crise pode levar governo a alterar projeto de Orçamento

O MINISTRO DO Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, pediu ao Congresso que dê prosseguimento ao exame do Orçamento Geral da União de 2009 e disse que, "se a crise exigir", o governo mudará no final de novembro os índices que sustentam a proposta orçamentária. Ele explicou que, por enquanto, o governo "não tem clareza" quanto à profundidade da crise e nem como ela afetará a economia brasileira em 2009. É, portanto, disse, "premature mexer ou suspender" o exame do Orçamento por parte do Congresso.

– Se chegarmos à conclusão de que a arrecadação será menor, teremos de fazer cortes no Orçamento. O governo só não aceitará cortes nas obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e nem nos gastos sociais – ressaltou.

As afirmações foram feitas ontem

durante debate de quase duas horas na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O relator do projeto do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse acreditar que "os parâmetros que sustentam o projeto podem sofrer alguma mudança" no final de outubro ou no início de novembro.

– É difícil fazer cortes, especialmente porque eles devem ocorrer no custeio da máquina pública e nos investimentos. Mas o Congresso já fez isso em outras épocas e cumprirá sua obrigação, se isso for necessário – afirmou Delcídio.

Segundo Paulo Bernardo, o governo acredita que a valorização do dólar "deve refluir" nos próximos dias. Ele contestou afirmações de

economistas segundo as quais o governo está demorando a tomar providências para que a crise não afete o país e detalhou as medidas



Paulo Bernardo (D), ao lado de Delcídio, minimizou os riscos da crise internacional na economia brasileira

continuar perdendo valor perante o dólar e outras moedas fortes, haverá risco de aumento da inflação. Ponderou que "seria um absurdo" se as grandes cadeias que trabalham com produtos importados "começassem a repassar agora" a alta do dólar.

Paulo Bernardo minimizou os efeitos da crise internacional na economia brasileira, e insistiu nas previsões de que o Brasil deve crescer neste ano mais de 5%. Embora não acredite que a crise não venha a afetar o Brasil, ele declarou que o governo trabalha "para

minimizar seus possíveis reflexos". No entanto, criticou "analistas" que promoveriam "indisfarçável torcida pelo quanto pior, melhor".

Questionado pelo presidente da Comissão de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), o ministro considerou que "será muito ruim" se a Câmara dos Deputados aprovar, em um momento de crise econômica, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que concede aos aposentados do INSS os mesmos reajustes do salário mínimo.

O ministro opinou que, se for aprovado, o projeto afetará a política de aumentos reais para o salário mínimo, pois a Previdência Social não tem fôlego para bancar aumentos reais para aposentados e pensionistas.

Ele pediu ainda que o Congresso aprove com rapidez a proposta do governo de criação do fundo soberano, que usará dinheiro do superávit primário para comprar dólares, a serem usados pelo próprio governo em momentos de crise.

Ações contra turbulência devem ser prioridade, afirma Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse ontem que os parlamentares devem dispensar tratamento prioritário às medidas de combate à crise financeira internacional. Nesse sentido, considerou importante a vinda do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, à Comissão dos Assuntos Econômicos (CAE) para explicarem as providências em relação às turbulências que atingem os mercados financeiro e de capitais em todo o planeta (ver matéria nesta página).

– Acho que o que tem prioridade agora são as medidas voltadas para a crise. O importante é que venham o ministro da Fazenda e o

presidente do BC para a comissão e se discuta isso. Sem se discutir, nada vai ser aprovado aqui. A discussão parece que não vai contribuir para um consenso, mas termina contrabundo – assinalou.

Garibaldi também admitiu a necessidade de edição de medidas provisórias (MPs) na hipótese de o país passar por uma crise econômica.

– É uma hora em que o Congresso deve ajudar nas soluções. E é uma hora em que, inclusive, podemos admitir que as MPs – observou Garibaldi.

Ao ser indagado se haverá tempo para a votação de matérias importantes antes do segundo turno das eleições municipais, no dia 26, o senador afirmou que o pleito não

deverá atrapalhar o andamento dos trabalhos legislativos.

Sobre a reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, ele ressaltou que o Senado já aprovou uma proposta sobre o tema, elaborada por uma subcomissão que teve como relator o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

– Aqui [no Senado] a reforma tributária vai andar mais rápido do que muita gente pensa, mas só posso ter uma posição mais segura após falar com as lideranças.

Com relação à criação de um fundo soberano, Garibaldi disse que cabe ao governo convencer os parlamentares sobre a importância da proposta.

Uruguiana terá recursos de US\$ 6,83 milhões do Bird

O município de Uruguiana, no Rio Grande do Sul, está autorizado pelo Senado Federal a contrair empréstimo de US\$ 6,83 milhões junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), com garantias do governo brasileiro, para o financiamento do programa Uruguiana Vencerá.

O programa, conforme dispõe o projeto de resolução aprovado (PRS 52/08), tem por objetivo promover o desenvolvimento do município por meio de ações integradas, em que são considerados os aspectos econômicos, sociais e ambientais, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. Em linhas gerais,

o Uruguiana Verde prevê a revitalização do micronegócio na região.

O pagamento será feito em 30 parcelas, entre setembro de 2013 e março de 2028.

A cidade de Uruguiana, fundada em 1843, está situada na microrregião conhecida como campanha ocidental e tem uma área de 5.452km². Possui uma população que já se aproxima dos 140 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com extensa lavoura de arroz e gado de corte e de reprodução. A cidade é considerada a maior porta de entrada de turistas no estado, por estar próxima do Cone Sul.

Quintanilha comemora aprovação de empréstimo para o Tocantins

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comemorou, em Plenário, a aprovação pelo Senado Federal do projeto de resolução (PRS 53/08) que autoriza o governo do estado do Tocantins a contratar empréstimo no valor de US\$ 175,410 milhões. Em contrapartida, disse o senador, o estado entrará com US\$ 30,950 milhões.

O governo do Tocantins vai contratar operação de crédito externo junto ao Mediocredito Centrale (instituição financeira com sede na Itália), com garantias do governo brasileiro. Os recursos serão destinados ao financia-



Quintanilha: recursos vão beneficiar eixos rodoviários

mento da terceira fase do projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento, com construção de pontes e pavimentação de estradas. Leomar Quintanilha informou que o dinheiro será aplicado na terraplanagem e pavimentação asfáltica de 500 quilômetros de estrada, na construção de 23 pontes de concreto e em travessias de estradas e regiões estratégicas.

– Esse financiamento vai aumentar as condições de aproveitamento do enorme potencial econômico que o estado tem –, festejou o senador.

Programações monetárias são acolhidas

O Plenário do Senado acolheu quatro projetos de decreto legislativo (PDLs) com as programações monetárias para o quarto trimestre do ano de 2007; o primeiro trimestre de 2008; e, especificamente, o segundo trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2008.

A programação monetária aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) apresenta de forma explícita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e estipula metas indicativas de sua evolução. Exemplos de agregados monetários são os depósitos à vista mantidos nos bancos, os depósitos a prazo e o dinheiro em circulação. Os projetos de decreto legislativo aprovados foram os de número 11/08, 137/08, 189/08 e 190/08.

Projeto de musicoterapeuta segue para sanção

Projeto que regulamenta a profissão de musicoterapeuta foi aprovado pelo Plenário do Senado em votação simbólica. A matéria vai agora à sanção do presidente da República.

O PLC 25/05 define o musicoterapeuta como o profissional que utiliza a música e os seus elementos para prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas.

Poderão exercer a profissão os portadores de diploma de educação superior em Musicoterapia expedido por instituições reconhecidas pelo governo federal; os que têm diploma de escola estrangeira, desde que revalidado no país; e também os que são portadores de diploma de nível superior que tenham exercido a atividade, comprovadamente, por cinco anos ou mais.

Renan elogia providências tomadas pelo governo



Para o senador, medidas econômicas protegem finanças brasileiras

Ao comentar a crise financeira mundial, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que, por enquanto, as consequências para o Brasil são mais especulativas que reais. Ele elogiou o presidente Lula e a equipe econômica do governo por já terem tomado medidas para proteger as finanças brasileiras.

Renan afirmou que o Senado vai apoiar as ações do governo e disse acreditar que a oposição "não trabalhará contra o país".

O senador garantiu que o

PMDB vai agir pela estabilidade econômica e frisou que o Congresso precisa dar prioridade às reformas política e tributária.

– A carga tributária já passou do nível tolerável pela população e pelo setor produtivo – assinalou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) enalteceu o pronunciamento de Renan Calheiros e disse que o Congresso deve seguir os exemplos dos principais parlamentos mundiais e auxiliar no debate e na resolução da crise financeira.

Alvaro Dias: Lula debochou da crise, mas agora recua



Alvaro critica posição inicial do presidente diante da crise e pede transparência

O senador Alvaro Dias (PSDB-RJ) observou que, apesar de o presidente Lula ter sido um dos mais fervorosos críticos do Programa de Estimulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), agora está sendo obrigado a criar o seu próprio Proer para enfrentar a crise internacional do sistema financeiro.

Alvaro lembrou que, na segunda-feira, Lula foi obrigado a editar um "pacote" na forma de medida provisória, dando poderes ao Banco Central para assegurar crédito aos exporta-

tadores e evitar a quebra de bancos de pequeno e médio porte, que há cerca de dez dias têm tido dificuldade em captar dinheiro em razão da crise.

– No primeiro momento, o presidente Lula tentou descolar o Brasil da crise internacional, como se isso fosse possível. Ele até debochava da crise, imaginando que o Brasil estava descolado do planeta. Ele agora recua e diz que a gravidade da crise tem de ser mostrada à população. A oposição também entende que o governo precisa

ser transparente – afirmou.

Agripino pede ao governo a diminuição dos gastos públicos

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), sugeriu que o governo federal promova uma expressiva e urgente diminuição dos gastos públicos, para que o país possa enfrentar a crise financeira mundial com mais eficácia. Para o senador, a crise está contaminando todo o planeta, "de forma endêmica", e já atingiu o Brasil "em cheio".

Agripino afirmou que as altas taxas de juros brasileiras e a diminuição dos investimentos já apontam para um ritmo de crescimento econômico menor para o último trimestre de 2008 e para o ano de 2009.

– O governo brasileiro, que no primeiro momento, disse, de forma ufânica, que a crise não iria chegar ao Brasil e que estavam blindados contra a crise, começa a tomar, timidamente, algumas

providências – assinalou Agripino, em referência às recentes medidas adotadas pelo governo.

ACM Júnior

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também criticou as afirmações do presidente Lula de que uma crise internacional como a que vem ocorrendo não poderia atingir o Brasil.

– Haverá escassez de financiamento. Hoje, nós somos importadores de poupança. Portanto, precisamos de financiamento externo, e esse financiamento externo está escasso. O crescimento brasileiro para o ano que vem será menor –, alertou ACM Júnior, para quem a crise pode afetar a arrecadação do governo.

Sabatina cobra agilidade nas análises do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou por unanimidade as indicações de César Costa Alves de Mattos, para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e de Eliseu Martins, para diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As mensagens agora vão a Plenário, para decisão final.

A sabatina foi marcada por críticas de diversos senadores à atuação do Cade – órgão responsável pelo exame de processos de aquisição, incor-

poração e fusão de empresas com o objetivo de prevenir danos à livre concorrência.

Uma das cobranças foi no sentido de que o órgão passe a julgar com rapidez, ainda antes de as operações serem concretizadas, os processos de compra, incorporação ou fusão. A demora no exame e, no extremo, a decisão pela anulação das operações, foram apontadas como fatores de custos para as empresas, motivando a deterioração de ativos e prejuízo aos investimentos, com efeitos negativos sobre o ambiente

dos negócios no país.

– O Cade pode se pronunciar previamente, como acontece em vários países. Agora, ficar três anos com uma pendência, a empresa atrasando investimentos e a credibilidade do país sendo afetada, não é um bom caminho – afirmou Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da comissão.

Eliseu Martins, que integrou a diretoria da CVM há 20 anos, foi questionado sobre as medidas que poderiam ser adotadas pelo órgão para obrigar as empresas a divulga-



Senadores questionaram Martins, indicado para a CVM, e Mattos, para o Cade

rem com maior transparência suas operações financeiras, evitando que se aventurem em operações especulativas. Segundo o indicado, isso não

se resolve somente com mais exigências de informações ao mercado. Para ele, a questão é muito mais de “governança corporativa”.



Garibaldi, entre Adelmir (D) e José Alencar, recebe do presidente do tribunal, Walton Alencar, o resultado de auditoria

TCU entrega relatório sobre obras irregulares no país

Dnit e Ministério da Integração Nacional lideram a lista de problemas, conforme documento que será examinado pela Comissão Mista de Orçamento

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu na manhã de ontem o relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em obras públicas que estão em curso no país, muitas delas apresentando irregularidades graves. O documento, elaborado anualmente por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), foi entregue pelo presidente do tribunal, ministro Walton Alencar Rodrigues.

– O trabalho realizado pelo TCU e a apresentação desse relatório representam o aperfeiçoamento da fiscalização de obras

públicas no país, contribuindo para reduzir os problemas de utilização irregular de recursos públicos – observou Garibaldi, após receber o documento. O relatório será analisado agora pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De acordo com informações disponibilizadas pelo site do TCU, o órgão auditou 153 empreendimentos públicos, envolvendo financiamentos da ordem de R\$ 26,3 bilhões. Foram identificadas irregularidades graves em 48 obras, as quais poderão ter as verbas bloqueadas no Orçamento da União para 2009,

caso não sejam corrigidos os problemas.

Pelo documento, os órgãos com maior número de obras irregulares são o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), com 20 obras, e o Ministério da Integração Nacional, com oito. Também os empreendimentos realizados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) apresentam problemas: quatro das oito obras mantidas pelo órgão, auditadas pelo TCU, apresentaram irregularidades e receberam recomendação de paralisação.

Comissão autoriza estágio para policial que estuda Direito

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei do Senado (PLS 210/08) que modifica o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para permitir que policiais que estudam Direito façam o estágio obrigatório para conclusão do curso. A proposta, do senador licenciado Fernando Collor (PTB-AL), recebeu parecer favorável do relator, Romeu Tuma (PTB-SP), e agora segue para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ).

A legislação, afirmou Tuma, proíbe o estágio para estudantes policiais, por considerar incompatível a atividade policial com o exercício da advocacia. Ele argumenta que “estudante de Direito não é advogado” e, por isso, não estaria sujeito às mesmas vedações impostas a um profissional formado.

A comissão aprovou ainda a criação de quatro datas comemorativas.

Audiência vai debater pagamento de seguro defeso a pescadores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para realização de audiência pública com o ministro da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito do pagamento do seguro defeso (período da reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida) aos pescadores.

A CMA também aprovou

requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para outra audiência sobre o defeso, mas do ponto de vista técnico.

A comissão aprovou mais duas audiências: a primeira, por requerimento de Jefferson Praia (PDT-AM), deverá esclarecer dúvidas sobre o impacto do Pólo Industrial de Manaus nos programas de proteção da Floresta Amazônica. A segunda destina-se a debater o sigilo telefônico e foi proposta por Aloizio Mercadante (PT-SP).



Valdir Raupp (E), Casagrande (em pé) e Flexa Ribeiro durante reunião da CMA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Tião Viana • Alvaro Dias • Geraldo Mesquita Júnior • José Nery • Delcídio Amaral

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadores comemoram resultado das eleições

A tribuna foi ocupada ontem por senadores que comemoraram o resultado das eleições municipais do último domingo. Vários deles ressaltaram o crescimento e fortalecimento do PMDB, PSDB e PT. Houve também denúncias de

atentado e distúrbios causados por candidatos insatisfeitos com o resultado do pleito eleitoral. A realização de uma reforma política também foi cobrada do Congresso Nacional. Já José Agripino acusou o presidente Lula de tentar “calar e intimidar a

oposição” durante a campanha em Natal, capital norte-rio-grandense. O senador disse que ele próprio foi “insultado”. O pronunciamento de Agripino foi apertado por 15 senadores, que se solidarizaram com o parlamentar potiguar.



SERYS SLHESSARENKO

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) mostrou-se satisfeita com o desempenho do seu partido nas eleições municipais. Para ela, o PT sai fortalecido do pleito, inclusive em Mato Grosso, onde, segundo a parlamentar, apesar de o partido ter feito campanhas modestas, conseguiu ampliar de sete para 18 o número de prefeituras que comandava, um crescimento de 160%.



VALDIR RAUPP

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), fez um balanço do desempenho de seu partido no pleito de domingo: “Um absoluto sucesso em todo o país”. A agremiação conquistou 1.194 das 5.563 prefeituras (21%) no primeiro turno, concorrendo ainda em 11 municípios com mais de 200 mil eleitores no segundo turno. Os números mostram um crescimento de 12,25% em relação a 2004.



FLEXA RIBEIRO

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou o resultado do PSDB nas eleições de domingo, lembrando que o partido ficou em segundo lugar em votos para vereadores e em número de prefeitos eleitos. Para o senador, o desempenho nas eleições demonstra que o PSDB – partido de oposição ao governo federal e ao governo do Pará – saiu fortalecido do pleito, “mesmo contra o uso da máquina pública”.



GERSON CAMATA

Segundo Gerson Camata (PMDB-ES), o resultado das eleições de domingo colocou seu partido como o maior de seu estado e do Brasil. Ele parabenizou o governador Paulo Hartung “pelo trabalho de engenharia política que ele conduziu”. Disse que o PMDB obteve 18,42 milhões de votos no país, seguido pelos 16,48 milhões do PT. No Espírito Santo, o PMDB conquistou 22 das 78 prefeituras.



MÁRIO COUTO

O senador Mário Couto (PSDB-PA) acusou o prefeito de Novo Progresso (PA), Tony Fábio (PT), de “sair às ruas com seus capangas tentando tocar fogo nos prédios públicos” por não conseguir se reeleger. Mário Couto informou que a candidata do PT, Madalena Hoffman, ganhou com mais de 60% dos votos e que o juiz e o promotor público do município “sairam corridos da cidade, pra não morrer”.



VALTER PEREIRA

O PMDB comprovou sua força eleitoral e “exibiu formidável musculatura”, disse Valter Pereira (PMDB-MS), ao listar os números alcançados em Mato Grosso do Sul. O PMDB teve participação no pleito em 77 dos 78 municípios, tendo candidatos a prefeito em 42 (e vencendo em 28 deles), indicado o vice em 21, e participado de coligações concorrendo apenas com chapa de vereadores em outros 14.



EDUARDO AZEREDO

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) celebrou as vitórias de seu partido em Minas Gerais. Ele disse que o PSDB foi o que mais elegeu prefeitos no estado: 159, em cidades importantes, como Divinópolis, Sete Lagoas, Lavras, Unaí e Três Corações. O senador informou que Minas tem o segundo maior eleitorado do país, com cerca de 14 milhões de eleitores em 853 municípios.



CASILDO MALDANER

Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou que sua legenda conseguiu, nas últimas eleições, conquistar o dobro do número de prefeituras que administrava em Santa Catarina. No total, vivem nos municípios que serão administrados pelo partido 40% dos eleitores do estado. Para ele, “o sucesso do PMDB no estado” se deve a uma aliança estadual firmada com o DEM, o PSDB, o PDT e o PPS.



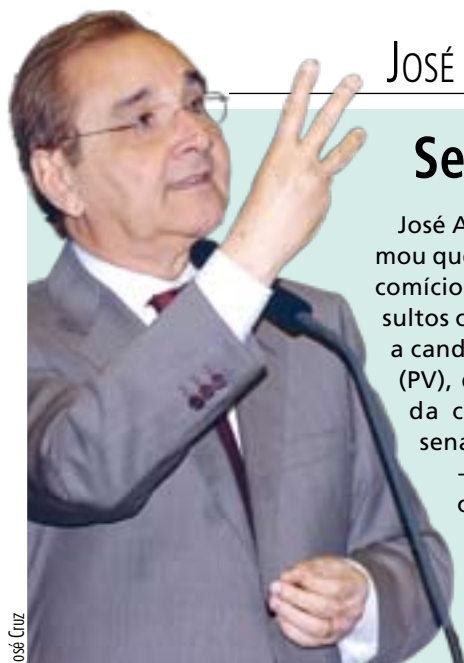
PAULO PAIM

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o balanço das eleições para o PT, no estado do Rio Grande do Sul, foi positivo. Entre prefeituras conquistadas pelo partido ou em chapas em que participava com vices, o PT estará presente no governo de 121 municípios. O partido também obteve resultado expressivo na região do Vale dos Sinos, onde o senador iniciou sua carreira política.



JOSÉ NERY

O PSOL obteve “uma vitória importante” em sua primeira participação nas eleições municipais, com 744 mil votos para prefeito em todo o país, o equivalente a 2% do eleitorado, afirmou José Nery (PSOL-PA). Ele comemorou a eleição da presidente nacional do partido e ex-senadora, Heloísa Helena, para a Câmara de Vereadores de Maceió, sendo proporcionalmente a candidata mais votada do país.



JOSÉ AGRIPINO

Senador critica Lula por “insultos” durante comício em Natal

José Agripino (DEM-RN) afirmou que o presidente Lula, em comício em Natal, proferiu insultos contra ele, a oposição e a candidata Mícarla de Sousa (PV), que se elegeu prefeita da cidade com apoio do senador.

– O mérito é dela. Fui o apoiador cuidadoso, tenho a preocupação em que ela tenha êxito administrativo. Agora, uma preocu-

pação que tive e que continuo a ter: não nacionalizar fatos municipais. O presidente foi lá com o objetivo claríssimo de, julgando-se acima do bem e do mal, nacionalizar um pleito para transformar a disputa municipal em uma disputa entre o presidente Lula e o senador José Agripino.

Falando de uma cadeira no Plenário, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, aparteou: – Eu apenas queria dizer,

como seu colega de bancada, que acho que vossa excelência, como vitorioso, deveria ser mais generoso. A generosidade faz parte do sentimento daqueles que ganham uma eleição. Tripudiar sobre os vencidos não é o melhor caminho do seu perfil, que tem exercido, na vida pública do Rio Grande do Norte, papel moderador, conciliador.

Retomando a palavra, Agripi-

no – que recebeu solidariedade de 15 senadores, em apartes – disse que não estava se vangloriando de nenhuma vitória.

– Apoiei alguns candidatos e quem ganhou a eleição foram os candidatos. O que estou denunciando é a tentativa de esmagamento da oposição. O que foi feito em Natal para mim é claríssimo: a tentativa de me excluir da vida pública numa atitude patrocinada pelo presidente.

Documento da Organização das Nações Unidas pode, na opinião dos senadores, gerar precedentes para o questionamento da soberania do país

Declaração sobre direitos indígenas em debate

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promoverá audiência pública, em data ainda a ser anunciada, para debater a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Requerimento nesse sentido, apresentado pelos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado pela comissão na reunião de ontem.

Entre os principais convidados para o debate estarão os ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Exteriores, Celso Amorim. Os autores do requerimento

argumentam, na justificativa do pedido de realização da audiência pública, que a declaração das Nações Unidas tem gerado muita polêmica, especialmente nos estados que contam com forte presença indígena. O texto poderia, na opinião dos parlamentares, "gerar precedentes para o questionamento da soberania do Estado brasileiro sobre reservas indígenas".

A comissão aprovou também requerimento apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que prevê convite a três ministros de Estado para expor à

Subcomissão Permanente da Amazônia – ligada à CRE – as principais ações de suas respectivas pastas em relação à região.

Serão convidados os ministros Nelson Jobim, da Defesa; Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e Geddel Vieira Lima, da Integração Nacional.

O colegiado aprovou ainda voto favorável do relator, senador César Borges (PR-BA), a acordo firmado entre o Brasil e a Espanha para o reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação.



Mercadante (D), ao lado de Dr. Rosinha, preside reunião da Representação Brasileira

Eleições do Parlasul vão depender de critério de representatividade

O Brasil só promoverá eleições diretas para o Parlamento do Mercosul em 2010 se até dezembro de 2008 for aprovado o critério de representatividade que regerá a distribuição dos assentos no órgão legislativo regional entre os países que o integram. A advertência foi feita pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Não teremos condições de promover a eleição direta de nossos parlamentares sem a segurança mínima de que contaremos com uma bancada digna do tamanho do Brasil – disse Mercadante.

Por sugestão do senador, a Representação decidiu enviar ao Plenário do Parlasul, que se reúne em Montevideo nos dias 3 e 4 de novembro, uma carta expressando sua preocupação em relação à rápida definição do critério de representatividade. O documento mencionará a oportunidade de se apresentar o futuro critério de representatividade aos presidentes dos países do Mercosul em dezembro, quando se encontrarão em uma reunião de cúpula na Bahia.

O critério de representatividade também será debatido na próxima reunião da Comissão Diretora do Parlasul, prevista para sexta-feira, segundo informou o presidente do parlamento, deputado Dr. Rosinha

(PT-PR). Ele chegou a sugerir à Representação Brasileira a inclusão do tema na próxima sessão plenária. Mas a proposta foi rejeitada por Efraim Morais (DEM-PB) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), já que ambos consideram que será melhor amadurecer o debate.

Hoje, cada membro efetivo do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – conta com uma bancada de 18 parlamentares. Até o momento, só o Paraguai escolheu seus representantes pelas urnas. Os demais foram indicados pelos respectivos congressos nacionais.

Unasul

Dr. Rosinha anunciou ainda que será realizado no dia 17, em Cochabamba, na Bolívia, um debate sobre a criação do Espaço Parlamentar da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O estabelecimento desse novo órgão legislativo foi decidido pelos presidentes dos países da América do Sul, durante recente cúpula da Unasul.

Durante a reunião, Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu "uma profunda discussão" a respeito do tema, antes de se criar um novo parlamento. Já Mercadante voltou a sugerir que o Espaço Parlamentar da Unasul seja criado por uma articulação entre os já existentes parlamentos do Mercosul e do Pacto Andino.



Os diplomatas Seixas Corrêa (E) e Ana Cândida Perez e o senador Heráclito Fortes na reunião de ontem da CRE

Comissão aprova indicações para embaixadas

O Brasil e a Santa Sé poderão ser aliados na "construção de uma ordem internacional mais justa", disse o futuro embaixador brasileiro junto ao Vaticano, ministro de primeira classe Luiz Felipe de Seixas Corrêa, cuja indicação para o posto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em sua opinião, existe uma "boa dose de convergência" no relacionamento bilateral em relação aos grandes temas globais.

– Um dos grandes objetivos será o de ampliar o diálogo sobre as principais questões internacionais. No momento em que ocorre uma grande crise econômica e financeira, precisamos buscar respostas para problemas como a desigualdade, os conflitos e as mudanças climáticas – destacou Corrêa, cuja indicação teve como relator o senador Marco Maciel (DEM-PE).

Durante a audiência, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ser necessário um debate mais profundo a respeito de como o país vai se proteger das "vulnerabilidades internacionais", como a crise financeira, o terrorismo e a destruição do meio am-

biente.

Em resposta, Corrêa afirmou que o Brasil precisa de um sistema multilateral que funcione bem. Para problemas globais, argumentou, são necessárias soluções globais. Na opinião do diplomata, porém, nenhum dos grandes temas da realidade contemporânea estaria sendo corretamente encaminhado pela comunidade internacional. Em relação ao comércio, citou, já dura seis anos a atual Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na área de meio ambiente, por outro lado, os países desenvolvidos não estariam interessados em construir uma "relação equilibrada" com os países emergentes.

A senadora Ada Mello (PTB-AL) quis saber do embaixador se o bom relacionamento com o Vaticano facilitaria a solução de divergências entre o governo brasileiro e a Igreja em temas polêmicos, como a pesquisa de células-tronco. Corrêa declarou que as relações bilaterais são muito boas, mas pode haver divergências. Ele observou que o Brasil é regido por princípios como os de liberdade religiosa e

de separação entre a Igreja e o Estado.

Nigéria

A CRE também aprovou parecer favorável à mensagem presidencial indicando a ministra de segunda classe Ana Cândida Perez para o cargo de embaixadora do Brasil na Nigéria. Entre as prioridades da ministra anunciadas à comissão, estarão as de reduzir o déficit comercial bilateral do Brasil – que alcançou US\$ 3,7 bilhões no ano passado – e diversificar a pauta de exportações. Ela afirmou que irá se empenhar para que sejam reduzidas as limitações impostas pelo governo nigeriano às exportações brasileiras de produtos como carnes, calçados e papel.

A ministra anunciou ainda que a agricultura e a energia estarão entre as prioridades da cooperação bilateral. Durante o debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que aquele país africano tem grandes reservas de petróleo. Por sua vez, César Borges (PR-BA) ponderou que o mundo deveria se mobilizar para ajudar a África a resolver seus grandes problemas sociais.

Regularização de sacoleiros recebe parecer favorável e vai para a CCJ

O projeto que regulamenta a atividade dos sacoleiros na fronteira entre o Brasil e o Paraguai recebeu parecer favorável da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A proposta, que teve como relator o senador Adelmir Santana (DEM-DF), será agora examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O projeto (PLC 27/08) estabelece um regime especial de tributação – o Regime Tributário Unificado – para os comerciantes que realizam importação para o Brasil, por via terrestre, de quantidades reduzidas de mercadorias provenientes do Paraguai. O objetivo é estimular a formalização das atividades desses comerciantes. O presidente da Representação, Aloizio Mercadante, referiu-se à aprovação do projeto como um "gesto diplomático" em relação ao Paraguai. Ele recordou que há temas considerados sensíveis na agenda bilateral, como a situação dos brasileiros que vivem naquele país, a reivindicação paraguaia de renegociar o Tratado de Itaipu e o grande superávit brasileiro no comércio entre os dois países.

Durante a discussão do projeto, a senadora Marisa Serrano defendeu

a futura implantação de regime semelhante nas fronteiras da região amazônica. Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu a revisão da legislação que rege as áreas de fronteira, como forma de atrair mais investimentos. Em resposta, Mercadante propôs a criação de uma subcomissão para estudar a situação das áreas de fronteira do país. A proposta foi aprovada, e a comissão terá Zambiasi como presidente e o deputado Celso Russomano (PP-SP) como relator.

A Representação deu ainda pareceres favoráveis a quatro acordos internacionais. O primeiro – relatado por Efraim Morais (DEM-PB) – estabelece cooperação em matéria de comunicação com o Uruguai. O segundo, cujo relator foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), inclui acordo-quadro entre o Mercosul e o Egito, para futura criação de área de livre comércio. Outro acordo, que teve como relator *ad hoc* Zambiasi, estabelece o mesmo tipo de acordo-quadro entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo. O último item aprovado, cujo relator *ad hoc* foi Eduardo Azeredo, refere-se a acordo com o Paraguai para o combate ao tráfico de armas.